



OS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA E A FORMAÇÃO DE SUBJETIVIDADES JUVENIS ANTICAPITALISTAS

Valci Melo [*]

RESUMO

O artigo analisa as contribuições e os limites dos livros didáticos de Sociologia para a compreensão do capitalismo e do socialismo como projetos societários. A pesquisa se deu à luz da Análise do Discurso pecheutiana. Ao longo do texto, demonstra-se que, embora todas as obras do PNLD 2015 materializem discursos de denúncia da natureza opressora e desumana do capitalismo, há um descompasso, em um terço delas, entre essa denúncia e a apresentação do socialismo como projeto societário alternativo. Por fim, conclui-se que os discursos materializados nos livros didáticos em análise contribuem para a formação de subjetividades juvenis anticapitalistas, sejam elas reformistas ou revolucionárias.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia. Livro Didático. Análise do Discurso.

THE SOCIOLOGY TEXTBOOKS AND THE FORMATION OF ANTI-CAPITALIST YOUTH SUBJECTIVITIES

ABSTRACT

The article analyzes the contributions and limits of Sociology textbooks for understanding capitalism and socialism as societal projects. The research took place in the light of pecheutian Discourse Analysis. Throughout the text, it is demonstrated that, although all the textbooks of the PNLD 2015 materialize discourses of denunciation of the oppressive and inhuman nature of capitalism, there is a mismatch, in a third of them, between this denunciation and the presentation of socialism as an alternative societal project. Finally, it is concluded that the discourses materialized in the textbooks under analysis contribute to the formation of anti-capitalist youth subjectivities, whether reformist or revolutionary.

Keywords: Teaching of Sociology. Textbook. Discourse Analysis.

LOS LIBROS DE SOCIOLOGÍA Y LA FORMACIÓN DE SUBJETIVIDADES JUVENILES ANTICAPITALISTAS

RESUMEN



El artículo analiza las contribuciones y los límites de los libros de texto de Sociología para entender el capitalismo y el socialismo como proyectos de sociedad. La investigación se llevó a cabo a la luz del Análisis del Discurso pecheutiana. A lo largo del texto se demuestra que, si bien todas las obras del PNLD 2015 materializan discursos de denuncia del carácter opresivo e inhumano del capitalismo, existe un desajuste, en un tercio de ellas, entre esta denuncia y la presentación del socialismo como un proyecto social alternativo. Finalmente, se concluye que los discursos materializados en los libros de texto bajo análisis contribuyen a la formación de subjetividades juveniles anticapitalistas, ya sean reformistas o revolucionarias.

Palabras clave: Enseñanza de la Sociología. Libro de texto. Análisis del Discurso.

INTRODUÇÃO

Segundo Petitat (1994), o surgimento dos sistemas escolares estatais como mecanismos de secularização da vida social e reprodução ideológica do capitalismo exigiu a massificação da escola.

Contudo, a satisfação dessa demanda só foi possível graças à invenção da imprensa, a qual transformou radicalmente a função social do livro como objeto cultural, tendo em vista que, como observa Munakata (2012, p. 57): “[...] ao contrário dos livros copiados manualmente nos mosteiros [...], os livros da era gutenberguiana são para ler e divulgar, mediante a compra”.

Como resultado desse processo histórico complexo, o livro didático caracteriza-se como um objeto cultural que, segundo Choppin (2004), apresenta quatro funções essenciais. A primeira delas, denominada pelo autor: **função referencial, curricular ou programática**, diz respeito ao trabalho de tradução/adaptação e apresentação de um programa de estudos em formato didático. Isto é, o livro didático situa-se na interface entre o currículo prescrito oficialmente e o programa de ensino operacionalizado na prática didático-pedagógica da sala de aula.

A segunda função, chamada de **instrumental**, relaciona-se à proposição, pelo livro didático, de recursos e estratégias de ensino que visem à efetivação da aprendizagem. São exemplos dessa função atividades que vão desde exercícios de memorização/revisão, sínteses



temáticas e leituras complementares, ao manual do professor. É a função que caracteriza a dimensão propriamente didático-pedagógica do objeto em discussão.

Já a terceira função, denominada por Choppin de **ideológica e cultural**, corresponde ao caráter inevitavelmente político do processo didático-pedagógico, tendo em vista que, ao selecionar, organizar e abordar determinados conteúdos de ensino, o livro didático o faz não apenas transmitindo conhecimentos, mas também, expressando valores, desenvolvendo habilidades e, em última instância, formando subjetividades políticas em uma determinada direção societária.

Por fim, o autor destaca a **função documental** do livro didático, a qual tem tornado os manuais uma espécie de compilação didática de textos verbais (escritos) e não verbais (icônicos) que servem ao mesmo tempo de diversificação dos recursos didático-pedagógicos e de riquíssima fonte de pesquisa para os pesquisadores.

Entre as funções destacadas por Choppin (2004), interessa-nos diretamente neste estudo o papel curricular e ideológico do livro didático. Isso porque, como observa o autor (2002, p. 14) em outro trabalho no qual analisa, entre outras coisas, a riqueza e a complexidade do objeto livro didático:

[...] depositário de um conteúdo educativo, o manual tem, antes de mais nada, o papel de transmitir às jovens gerações os saberes, as habilidades (mesmo o “saber-ser”) os quais, em uma dada área e a um dado momento, são julgados indispensáveis à sociedade para perpetuar-se. Mas, além desse conteúdo objetivo cujos programas oficiais constituem a trama, em numerosos países, o livro de classe veicula, de maneira mais ou menos sutil, mais ou menos implícita, um sistema de valores morais, religiosos, políticos, uma ideologia que conduz ao grupo social de que ele é a emanção: participa, assim, estreitamente do processo de socialização, de aculturação (até mesmo de doutrinação) da juventude.

É, portanto, nesse sentido que tomamos os livros didáticos de Sociologia aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2015 como objeto de análise¹. Pois, consideramos que os mesmos, ao traduzirem o conhecimento das Ciências Sociais para a Educação Básica, são, ao mesmo tempo, possibilidades didático-pedagógicas de

¹ A escolha pelo PNLD 2015 justifica-se pelos seguintes motivos: 1) os dois livros aprovados em 2012 também estiveram na edição de 2015; 2) a edição de 2018 não aprovou obra nova e entre as sete reprovadas estava um livro presente nas edições anteriores do Programa, fazendo com que a seleção de 2015 seja a mais completa.



aprendizagem que promove desenvolvimento, mediante a superação de conceitos cotidianos por conceitos científicos (Vigotski, 2000), como também materialidades discursivas que registram importantes vestígios sobre como os sentidos acerca de um determinado tema se constituem e significam (Orlandi, 2007).

O artigo está dividido em três partes, além desta introdução e das considerações finais. Em um primeiro momento, argumentamos sobre o papel inescapável da educação escolar na formação de subjatividades políticas comprometidas com um determinado projeto de sociedade. No segundo e no terceiro momento, respectivamente, à luz da Análise do Discurso de filiação pecheutiana, analisamos o discurso dos livros didáticos sobre o capitalismo e o socialismo como projetos societários.

Durante as análises, debruçamo-nos sobre sequências discursivas selecionadas de cada uma das seis obras estudadas. Uma sequência discursiva (doravante, SD) consiste em um enunciado que materializa um discurso representativo daquilo que o pesquisador/analista investiga. Já discurso é por nós entendido, à luz das contribuições teórico-analíticas de Pêcheux (2014), como efeitos de sentidos produzidos pelos sujeitos em sua relação com a linguagem e independente do seu grau de consciência ou tentativa de controle.

Educação, ideologia e formação de subjatividades políticas

A educação, como processo intersíquico de apropriação sociocultural mediado por signos, é condição fundamental para o desenvolvimento daquilo que Vigotski (2021, p. 262) chamava de “funções psíquicas superiores”, entendidas como: “[...] características distintivas do homem como ser pertencente ao *gênero humano*, que superou, por incorporação, o legado natural disponibilizado por sua espécie” (Martins, 2011, p. 84, grifo da autora).

Para dar conta de sua função social de humanização dos indivíduos, a atividade educativa, inclusive, a escolarização, opera não apenas a aquisição de conhecimentos, habilidades e técnicas socialmente exigidas em cada momento histórico, mas também o desenvolvimento de comportamentos e valores alusivos a um dado projeto de sociedade.



Nesse sentido, concordamos com Lukács (2013, p. 178) quando este, ao analisar o papel da educação na reprodução social, destaca: “[...] a problemática da educação remete ao problema sobre o qual está fundada: sua essência consiste em influenciar os homens no sentido de reagirem a novas alternativas de vida do modo socialmente intencionado”.

Assim concebida, a atividade educativa é inseparável da ideologia, entendida aqui, na esteira de Lukács (2013), como forma de consciência social orientadora da ação humana e, portanto, como complexo social responsável pela tomada de posição frente às alternativas societárias postas por cada momento histórico. Em outras palavras: para o filósofo húngaro, a ideologia corresponde a um conjunto de representações, valores, interesses e sentimentos que se caracteriza pela capacidade de orientar a ação cotidiana em prol de um determinado projeto de sociedade, independentemente se essa visão de mundo corresponde a uma apreensão cientificamente correta, equivocada ou falsificadora da realidade.

Ao ter como matéria-prima o conhecimento, e sendo este, como observa Tonet (2013, p. 11-12) “[...] imediata ou mediata, um instrumento para a intervenção social”, a educação jamais pode se dar fora da ideologia. A esse respeito, destaca Lukács (2013, p.475):

[...] a educação, por mais “primitiva” que seja, por mais rigidamente que esteja presa à tradição, pressupõe um comportamento do indivíduo, no qual já podiam estar disponíveis os primeiros rudimentos para a formação de uma ideologia, visto que, nesse processo, necessariamente são prescritas normas sociais de cunho geral ao indivíduo quanto ao seu comportamento futuro enquanto homem singular e inculcados modelos positivos e negativos de tal comportamento.

Vejamos que essa relação entre educação e ideologia não é aqui colocada de forma pejorativa, como fazem os defensores de uma suposta neutralidade axiológica do conhecimento e da atividade educativa. Para estes, a ideologia é sinônimo de conhecimento falso, de mistificação e, portanto, seu oposto seria o conhecimento verdadeiro. O curioso é que, nessa visão estritamente gnosiológica e distorcida da ideologia, o verdadeiro nem sempre corresponde ao conhecimento teórico-científico e artístico, sendo muitas vezes tomado como critério de diferenciação entre o que se julga verdadeiro e o supostamente ideológico (o falso) apenas aquilo que o sujeito acredita ser a verdade, o que está de acordo com as suas convicções, com seus valores, em síntese, com a sua ideologia.



Assim, contrariamente ao que defendem os apologistas de uma suposta escola sem partido, entendemos que a atividade educativa é uma práxis social que, ao lidar com a transmissão de conhecimentos, inevitavelmente inculca ideias e valores, sejam estes reacionários, conservadores ou progressistas. Isto é, mesmo lidando de forma objetiva e rigorosa com a mais pura das verdades científicas (a função essencial da escola), a prática educativa, ao formar subjetividades, não está isenta de valorações, de tomadas de posição, e é justamente nesse aspecto que ela é inevitavelmente ideológica e, portanto, um “campo social de disputa hegemônica” (Frigotto, 2010).

Nesse sentido, o filósofo húngaro István Mészáros, em seu ensaio **A educação para além do capital**, chama a atenção para a necessidade de disputa social do papel internalizador de comportamentos e valores exercidos pela educação, inclusive, no âmbito da escolarização. Isto é, para o autor, embora não seja a força ideologicamente primária, a escola cumpre, nas sociedades modernas, um papel importante na formação de subjetividades politicamente comprometidas com a manutenção ou com a transformação da ordem social vigente. Por isso, ela não pode ser menosprezada na luta pela construção de uma sociedade efetivamente humana (Mészáros, 2008).

É com essa compreensão que investigaremos a seguir o discurso dos livros didáticos de Sociologia do PNLD 2015 sobre o capitalismo e o socialismo como projetos societários, identificando suas contribuições e limites para a formação de subjetividades juvenis comprometidas com o enfrentamento e a superação da ordem social vigente.

Capitalismo: um projeto societário estruturalmente opressor e desumano

O capitalismo é objeto de análise dos livros de Sociologia aprovados pelo PNLD 2015 tanto no momento em que eles abordam a temática das desigualdades sociais, como também no tratamento de questões como trabalho, consumo, globalização, política e Estado.

Há, nas obras analisadas, um discurso de denúncia acerca do capitalismo como um sistema social que caracteriza-se pela exploração do homem pelo próprio homem. Além disso,



os livros didáticos destacam que o capitalismo apresenta limites de difícil resolução em seu interior, pois fazem parte de sua natureza e estrutura.

[SD1] [...] o **desenvolvimento capitalista**, em especial no que se refere ao campo, **deu evidentes provas de esgotamento** pela sua *insustentabilidade*, seja do ponto de vista do uso de recursos, seja dos preços dos alimentos (Silva et al., 2013, p. 377, *itálico dos autores; negrito nosso*).

No discurso materializado na SD1 o capitalismo é apresentado como um modo de produção insustentável, falido, esgotado. Isto é, apesar das constantes tentativas de aperfeiçoamento, devido à sua própria lógica de funcionamento estruturada na transformação de tudo e de todos em mercadoria, mostra-se como um projeto social e ambientalmente insustentável.

[SD2] Nos últimos anos, as sociedades capitalistas passaram por fortes mudanças sociais. [...] Entretanto, essas mesmas **transformações acabaram por reproduzir a velha forma da estrutura social capitalista**: o novo ainda estava impregnado do velho. A velha **sociedade capitalista** se reinventou, mas continuou reproduzindo suas **características mais centrais** de divisão em classes sociais, de **exploração e dominação do trabalho**, de **produção do lucro e de sua apropriação privada**. A sociedade capitalista se reconfigurou internamente para manter seus objetivos de **sociedade baseada na produção e no consumo de mercadorias**. Aparentemente tudo teria se transformado, mas, de fato, pouco mudou (Machado; Amorim; Barros, 2013, p. 185, grifo nosso).

O discurso materializado na SD2 desnuda a superficialidade das mudanças sociais ocorridas no interior do sistema capitalista e seu pouco impacto nas desigualdades sociais. Essa incapacidade de o capitalismo mudar para além da aparência tem a ver com o fato de que esse modo de produção, assim como aqueles que o antecederam, continua alicerçado na divisão social em classes e na apropriação privada dos meios de produção.

[SD3] A orientação conservadora expressa-se na defesa da ideia de que é necessário adotar medidas econômicas e políticas que permitam **integrar os excluídos** na sociedade. É um discurso de quem está incluído e postula que todos se integrem à **sociedade de consumo**, não havendo alternativa melhor. É uma **proposta conformista** justamente porque aceita as condições existentes como um fato consumado e **não coloca em questão a possibilidade de a integração dos excluídos ser feita de forma degradada e precária**. Seus defensores apenas lamentam a existência dos excluídos e propõem mais desenvolvimento para que todos possam ser beneficiados. Jamais pensam em questionar a sociedade (Tomazi, 2013, p. 106, grifo nosso).



O discurso materializado na SD3 contrapõe-se à falácia da inclusão social no interior de um modo de produção que se estrutura nas desigualdades e, portanto, tem a exclusão como regra, e não como exceção.

Assim, os sentidos materializados na SD3 denuncia o caráter naturalizador e, portanto, conservador do discurso inclusivista, uma vez que o mesmo, ao invés de problematizar a sociedade existente e analisar as reais possibilidades de integração dos excluídos, limita-se a lamentar a existência dos excluídos e a propor mais do mesmo. Nesse movimento, a SD3 realiza um retorno crítico ao discurso legalista que, ao representar na linguagem a ideologia liberal, dissemina a ideia de que a igualdade formal (perante a lei) é o bastante para garantir a qualquer um as condições necessárias para inserir-se em um sistema no qual apenas alguns cabem.

Essa mesma crítica também é possível de ser identificada na SD4:

[SD4] *O Estado de Bem-Estar Social* permitiu, de fato, que um conjunto muito grande da população conquistasse **direitos sociais**. No entanto, ele *não sanou as desigualdades sociais como se esperava*. Oferecer oportunidades iguais a todos envolve *investimentos sociais* muito grandes, e isso *nem sempre ocorreu*, pois os compromissos dos governantes com as políticas de bem-estar social nem sempre foram os mesmos. [...] Além disso, seria necessário considerar outros fatores, como as próprias *contradições desse modelo político*: mesmo que se ofereçam *oportunidades iguais*, será que *as condições de competir também são iguais*? Com essa breve reflexão, queremos que você comece a compreender por que o Brasil, hoje, é considerado um dos países mais desiguais do planeta: apesar das intervenções políticas, as desigualdades sociais persistiram e se multiplicaram (Bomeny et al., 2013, p. 280, negrito das autoras; itálico nosso).

Como se vê, a SD4 apresenta uma análise crítica do Estado de bem-estar social, relacionando seus limites com a incapacidade de o modo de produção capitalista enfrentar adequadamente o problema das desigualdades, uma vez que estas fazem parte da sua estrutura enquanto sistema baseado na existência de classes sociais.

O Estado de bem-estar social ou *Welfare State* corresponde a uma experiência sócio-histórica de organização estatal através da qual o Poder Público financiava o setor privado e, ao mesmo tempo, investia na reprodução qualificada da força de trabalho por meio do reconhecimento e/ou ampliação de direitos sociais como educação, saúde, previdência



social, moradia e emprego (Paulo Netto; Braz, 2011). Fruto do confronto entre os projetos societários liberal e socialista, o *Welfare State* teve seu apogeu nas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial e durante muitos anos parecia não apenas comprovar a possibilidade de um “capitalismo de rosto humano”, como também serviu de inspiração para o Brasil no processo de redemocratização e construção da Constituição Federal de 1988 (Behring; Boschetti, 2011).

Assim, ao mesmo tempo em que se reconhecem os avanços dessa tentativa histórica de aperfeiçoamento da ordem social capitalista, também se destacam e problematizam os limites dessa experiência. Desse modo, sendo o **interdiscurso** (o conjunto de pré-construídos ou já-ditos de uma dada formação discursiva²) não somente um lugar de retorno e repetição, mas também alicerce para novas formulações (Pêcheux, 2006; 2014), visualiza-se na SD4, a exemplo da SD3, um movimento de retorno crítico ao discurso da Formação Discursiva Legalista, a qual, como já apontado, crê que a simples igualdade formal garante as condições necessárias para o enfrentamento das desigualdades sociais.

[SD5] Os **processos que excluem** parcelas da população do acesso aos serviços e aos bens de consumo podem ser compreendidos no contexto das **contradições do capitalismo**, que apresentam os **limites do próprio sistema** ao dispensar trabalhadores e poluir o ar, o solo e a água do planeta, por exemplo, como veremos no capítulo 11 (Araújo; Bridi; Motim, 2013, p. 215, grifo nosso).

A exclusão social é aqui entendida como uma característica intrínseca ao modo de produção capitalista, sendo, portanto, insuperável no seu interior, uma vez que a exploração da força de trabalho e a degradação material do trabalhador, o uso dos recursos naturais e a destruição do próprio planeta fazem parte da sua estrutura contraditória. Assim, a SD5 materializa um discurso ideologicamente articulado com os efeitos de sentidos que perpassam as sequências discursivas já analisadas, as quais não poupam críticas ao capitalismo, destacando a sua relação umbilical com as desigualdades sociais e o seu caráter essencialmente excludente e destrutivo.

² Uma formação discursiva consiste em um lugar de enunciação que apresenta certa regularidade – mesmo que provisoriamente – ao estabelecer os sentidos autorizados e negados para as palavras pronunciadas do seu interior. Trata-se, como diz Cavalcante (2007, p. 43): de “matrizes comuns a um conjunto de discursos”.



[SD6] [...] De qualquer forma, a crítica principal que pode ser feita hoje em dia, após décadas de Orçamento Participativo, Conselhos Populares e os mecanismos previstos pela Constituição de 1988, é no sentido de perceber que essas experiências, em nenhum momento, alteram o **caráter extremamente excludente e antidemocrático do capitalismo** - uma característica que **faz parte da sua própria existência e desenvolvimento histórico** (Oliveira; Costa, 2013, p. 230, grifo nosso).

A SD6 explora não apenas o caráter econômico e socialmente excludente do capitalismo, mas também a sua dimensão antidemocrática. Esse discurso é importante, pois ele desmistifica a concepção liberal segundo a qual o modo de produção capitalista teria alguns problemas na esfera socioeconômica que seriam compensados por uma suposta natureza democrática do mesmo, já que é o sistema no interior do qual foi conquistada a igualdade formal: os direitos civis, políticos e sociais e a possibilidade de mobilidade social. No entanto, o discurso materializado na SD6 chama a atenção para a insuficiência das conquistas no âmbito da participação política, uma vez que as mesmas são limitadas pela igualdade formal e por sua incapacidade de superar a essência excludente do capitalismo.

Conforme nota-se nas SD1 a SD6, há um discurso que reconhece as dificuldades de o capitalismo enfrentar adequadamente diversos problemas sociais por estes fazerem parte de sua natureza classista e opressora. Esses limites, como se pode ver, vão das questões ambientais e alimentícias (SD1 e SD5), passando por trabalho e consumo (SD2 e SD3) até questões relacionadas ao efetivo exercício dos direitos legalmente garantidos (SD4 e SD6).

Nesse aspecto, temos uma identificação entre o discurso materializado nesses enunciados e a teoria social marxista, na medida em que o capitalismo é apresentado como o sistema social que, apesar de lidar continuamente com a inovação, com a mudança, essas alterações se limitam aos aspectos secundários do sistema, deixando intacto o seu núcleo que é a exploração do trabalho alheio, a apropriação particular dos frutos produzidos coletivamente e a transformação de tudo e de todos em mercadoria.

Assim, destacamos a importância da análise crítica e da denúncia feita pelos livros didáticos de Sociologia ao caráter destrutivo do capitalismo, tendo em vista ser esse diagnóstico uma etapa essencial na formação de subjetividades politicamente progressistas, sejam elas reformistas ou revolucionárias.



Na seção seguinte, analisamos (des)equilíbrio entre a denúncia das mazelas inerentes ao sistema capitalista e o anúncio de alternativas societárias para além da reprodução e da tentativa de aperfeiçoamento da ordem social vigente.

Socialismo: experiência histórica fracassada, utopia social declinante ou projeto societário alternativo?

Como a produção de sentidos não é controlada conscientemente por seus enunciadores - mesmo tratando-se de um discurso científico ou pedagógico -, o curso desses efeitos de sentidos segue movimentos contraditórios, marcados pela ausência, pelo excesso e por deslizos que às vezes levam-no a ultrapassar fronteiras, aproximando-se de outros territórios do dizer, em um movimento nem sempre claro, porém, indicativo de posições assumidas pelos sujeitos, mesmo que provisoriamente.

Esse é o caso do discurso materializado nos livros didáticos de Sociologia acerca da mudança social e, mais especificamente, sobre o socialismo. Esse tema aparece nas obras, ao menos, em três sentidos, isto é, como experiência histórica fracassada, como utopia social declinante e/ou como projeto societário alternativo ao capitalismo. Senão vejamos:

[SD7] Um dos acontecimentos que marcaram a aceleração da globalização econômica desde os anos oitenta foi o conjunto de transformações que afetaram os **países até então socialistas**, como a União Soviética, a China e os países da Europa Oriental. Durante boa parte do século XX, a existência desses países, em grande parte **fechados para a economia mundial** e sem espaço para a atuação das grandes empresas multinacionais, constituiu um limite para a globalização. Além disso, os **regimes ditatoriais** que caracterizaram o **socialismo do século XX** colocavam sérios limites à circulação de ideias e produtos culturais do mundo capitalista (Machado; Amorim; Barros, 2013, p. 241, grifo nosso).

[SD8] Se prestarmos mais atenção à desigualdade entre os países, é fácil perceber que a desigualdade global aumentou muito. [...] se nos concentrarmos na desigualdade entre as pessoas dentro de cada país [...], a desigualdade também cresceu em muitos países em consequência da globalização. Isso é óbvio nos antigos **países socialistas** (e na China), que **tinham pouca desigualdade de renda**, e hoje, em alguns casos, atingem níveis muito altos de desigualdade (Machado; Amorim; Rocha, 2013, p. 259, grifo nosso).

Nessa obra, o socialismo é superficialmente abordado em dois únicos momentos. O primeiro deles, que compõe a SD7, se dá no interior do capítulo 12 (**Globalização e política**),



mais especificamente no boxe **“Para saber mais”**, com o título **“O fim do socialismo real e a globalização”**. O segundo momento (SD8), que também acontece em um boxe **“Para saber mais”**, localiza-se no capítulo 13 (**A sociedade diante do Estado**) e tem como título a indagação: **“A desigualdade social cresceu?”**. Os demais momentos em que aparece algo que faça referência ao socialismo diz respeito à adjetivação de um partido político, movimento social ou vinculação político-ideológica de algum autor.

No caso do socialismo, como se vê nos enunciados acima, ele é tratado como experiência sócio-histórica fracassada, caracterizada pelo autoritarismo no campo político (regimes ditatoriais) e pelo controle da atividade econômica (SD7), mesmo que sua existência tenha diminuído a desigualdade de renda (SD8). A redução do socialismo a essas duas notas esparsas apresenta traços da ideologia conservadora em seu discurso de demonização do comunismo, o qual não vê o socialismo como um projeto societário legítimo com o qual o capitalismo disputa a organização e a direção do mundo dos homens, e sim, como um regime político ditatorial e, portanto, mesmo que tenha alguma virtude, como o enfrentamento das desigualdades de renda, seus supostos defeitos intrínsecos dispensariam qualquer esforço de análise mais detalhada.

Vejamos que aqui não há a apresentação de um socialismo como projeto societário contraposto às experiências sócio-históricas autodeclaradas socialistas, e sim, o destaque de algumas dessas experiências como o socialismo real, aquele que seria possível. Assim, ao apresentar o socialismo associado a diversos elementos que causam repulsa em uma sociedade que diz prezar pela liberdade individual, mesmo que apenas no âmbito da formalidade jurídico-política, o discurso materializado nas SD7 e SD8 presta um desserviço à formação de subjetividades revolucionárias, uma vez que não possibilita o real conhecimento do inimigo para poder atacá-lo em sua raiz. Um exemplo a esse respeito é o tratamento daquilo que amplamente se reconhece como bloqueio econômico aos países autodeclarados socialistas como fechamento desses países para a economia mundial (SD7). Ora, não seria aqui o inverso? Teríamos uma recusa dos países ditos socialistas em participar da economia mundial ou um boicote por parte dos “donos do mundo”, por parte dos países centrais do capitalismo, a exemplo do que acontece há mais de meio século entre Estados Unidos da



América e Cuba? Por que não questionar, por exemplo, que tipo de inserção no processo de globalização é permitido aos países fora do eixo central do capitalismo?

Entre o discurso do socialismo como experiência histórica fracassada e a apresentação do mesmo como projeto societário alternativo ao capitalismo, situa-se o discurso da utopia social, entendida como:

[SD9] utopia social: **ideal** de sociedade justa e igualitária na qual o **bem-estar coletivo** se realiza plenamente (Araújo; Bridi; Motim, 2013, p. 207, nota lateral; grifo nosso).

Apesar da polissemia do termo “ideal”, aqui ele nos parece corresponder à noção de projeto, concepção, sonho. Contudo, visto em sintonia com a SD10, com a qual esse enunciado se relaciona, exercendo a função de nota explicativa, percebe-se que se trata de um imaginário, um desejo, uma aspiração para a qual não há mais espaço nos tempos contemporâneos, mas que já exerceu grande influência no campo das lutas sociais, sobretudo, no movimento operário, entre o final do século XIX e início do século XX. Ou seja, como destacam as autoras:

[SD10] Nesse período, o **socialismo** – sistema político que visa a uma sociedade igualitária e cooperativa – destacou-se por favorecer ações coletivas de indivíduos e grupos organizados. No entanto, **seu declínio** como **utopia social** nas últimas décadas do século passado (bem como o enfraquecimento de teorias como o anarquismo e o mutualismo) trouxe o **desafio de construir novas formas de contestação das desigualdades características do sistema capitalista** (Araújo; Bridi; Motim, 2013, p. 207, grifo nosso).

Vejamos que aqui permanece a crítica ao capitalismo como modo de produção caracterizado pelas desigualdades sociais. Contudo, o socialismo é descartado como projeto societário alternativo, mesmo que seu lugar seja preenchido pelo “desafio de construir novas formas de contestação das desigualdades características do sistema capitalista”. Aqui cabe um destaque: não estamos negando que o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) tenha impactado violentamente no socialismo como projeto alternativo de sociedade. Estamos, sim, chamando a atenção para o fato de que, ao se decretar o fim do projeto socialista como consequência do fim da União Soviética, faz-se coro ao discurso anticomunista de redução do socialismo como projeto societário à experiência soviética,



entrando-se na falácia da caracterização daquela experiência sócio-histórica como o socialismo real, o socialismo possível. Além disso, deixa-se de reconhecer o simples fato de que experiências autodenominadas socialistas, como o regime cubano, continuam vivas e, ressaltados os inúmeros problemas que as afetam, disputando as melhores colocações com os países do capitalismo central em setores estratégicos no enfrentamento às desigualdades sociais, como: educação, saúde e segurança pública.

Essa correspondência entre o fim da União Soviética e o enfraquecimento do socialismo como projeto de sociedade, decretando-se, como consequência, uma suposta inadequação do ideal socialista com as demandas dos novos tempos se expressa de forma cristalina no discurso da SD11.

[SD11] [...] as **relações de forças** entre as nações **alteraram-se** com o **fim da União Soviética**, em 1991, e o **abandono do sistema socialista (na época, o único em adoção que se propunha como alternativa ao capitalismo)** em boa parte dos países que o adotavam. O caminho estava aberto para a aceleração da globalização da economia capitalista e o fortalecimento da ideologia neoliberal, como estudamos nos capítulos 4 e 7 (Araújo; Bridi; Motim, 2013, p. 213, grifo nosso).

Além da identificação entre a União Soviética e o projeto socialista, como se fossem questões sinônimas, outro ponto chama a atenção: a alegação de que o socialismo perdeu espaço por não ser mais a única alternativa ao capitalismo, como nos tempos de outrora. No entanto, a nosso ver, a decretação do fim do socialismo como projeto societário, isto é, a sua caracterização como utopia social declinante por existirem novas formas de contestação social mais adequadas ao mundo contemporâneo carece de maior argumentação teórica e de evidências empíricas mais robustas.

O outro eixo a partir do qual a temática do socialismo é abordada nos livros didáticos corresponde à sua caracterização como projeto societário (teórico-político) alternativo. Isso não significa dizer que todas as obras classificadas inicialmente nesse bloco têm sempre o mesmo discurso ou filiam-se igualmente à mesma ideologia, uma vez que algumas se mantêm coerentes com essa abordagem no tratamento de outras questões correlatas, a exemplo da mudança social, ao passo que outras flutuam entre a ideologia socialista, caracterizada na linguagem pela Formação Discursiva Revolucionária, e a ideologia socialdemocrata,



representada na linguagem pela Formação Discursiva Reformista. Contudo, a reunião de todas elas nesse eixo justifica-se pelos seguintes motivos:

- a) todas elas apresentam, mesmo que de forma sucinta, uma breve caracterização do que Marx e Engels escreveram acerca do socialismo;
- b) as quatro obras apresentam um discurso acerca do socialismo como algo vivo, resistente e, portanto, como alternativa sócio-histórica possível e plausível (mesmo que não mantenha esse discurso de forma explícita ao longo de toda a obra!);
- c) exceto a obra **Tempos modernos, tempos de Sociologia**, todas as outras apresentam a experiência soviética como uma forma de organização do Estado (Estado “socialista”), fazendo um contraponto entre o dito socialismo vivenciado na URSS (seus limites e potencialidades) e o socialismo enquanto projeto teórico-político.

Assim, como é possível ver na sequência discursiva abaixo, o socialismo é caracterizado como uma reação teórico-política ao liberalismo, tendo como núcleo estruturador de sua proposta societária a transformação das condições materiais de produção da vida social e, portanto, a eliminação das desigualdades sociais.

[SD12] O socialismo foi a primeira **reação sistemática** ao Estado liberal, ao **questionar as bases materiais da sociedade**, ou seja, a **divisão** em duas **classes sociais** principais: a burguesia e a classe trabalhadora. **A proposta socialista defendia uma profunda transformação nas condições de produção e apropriação da riqueza** produzida pela sociedade (Silva et al., 2013, p. 147, grifo nosso).

Analisada de forma isolada poder-se-ia dizer que a SD12 materializa um discurso segundo o qual o socialismo seria um projeto societário sem perspectiva futura, tendo em vista a referência ao mesmo com verbos sempre no tempo passado. No entanto, esse ideal societário apresentado na SD12 é complementado com a análise dos desdobramentos da experiência soviética (SD13), chamando-se a atenção para o fato de que o declínio dessa experiência, além de não se confundir com as possibilidades do socialismo como projeto societário, tem relação tanto com limitações internas, como também com sufocamentos externos.

[SD13] No final do século XX acentuou-se o processo de **decadência política e econômica da URSS. Limitado pela aliança** entre a **burocracia** e a **elite militar**,



pela **falta de liberdades democráticas** e também **sufocado pela força econômica dos países capitalistas**, o país implodiu. **No entanto, o referencial teórico-crítico e valorativo do socialismo ainda é um contraponto ao estado liberal** (Silva et al., 2013, p. 148, grifo nosso).

Na SD13 o socialismo é tratado como experiência sócio-histórica e como projeto de sociedade que ainda se apresenta como alternativa ao neoliberalismo. Vejamos que o discurso aqui materializado trata a União Soviética como uma experiência socialista que tanto precisa ser analisada em seus limites históricos, como também não pode ser confundida com o socialismo enquanto projeto teórico-político de sociedade emancipada. Além de apresentar, mesmo que sucintamente, o socialismo como projeto societário e como experiência sócio-histórica, a obra **Sociologia em movimento** recorre ao conceito em vários momentos para ilustrar a presença das ideias socialistas em diversos aspectos da luta social contemporânea em diferentes frentes (doutrina política, teorias do desenvolvimento, anticolonialismo, relações de gênero, etc.).

Passando para a obra **Sociologia para o Ensino Médio**, observa-se que a mesma apresenta a experiência soviética como uma forma de organização estatal inspirada no socialismo como projeto de sociedade pautado no enfrentamento das “condições precárias de vida dos trabalhadores”.

[SD14] O **Estado socialista soviético** decorreu da Revolução Russa, iniciada em 1917. Por meio da implantação de um Estado socialista, **procurava-se fazer frente às condições precárias de vida dos trabalhadores**, tanto urbanos como rurais. É bom lembrar que as **ideias socialistas já estavam presentes na Europa havia mais de meio século** e se concretizavam naquele momento (Tomazi, 2013, p. 133, grifo nosso).

Vejamos que a experiência soviética aparece como uma tentativa de concretização do socialismo, o qual, com ela não se confunde, tendo em vista sua existência anterior, bem como, as deformações que o processo revolucionário sofreu após a morte de Lênin, conforme destacado na SD15.

[SD15] Em **1924**, com a morte de Lênin, Josef **Stálin assumiu** o comando da URSS e **aprofundou a concentração do poder** no Partido Comunista e no Estado, **eliminando a oposição**. A partir de então, uma **revolução que nascera** com o **propósito de transformar o sistema anterior** e garantir a liberdade para todos **gerou uma sociedade que teve parte dos problemas econômicos resolvidos**, mas à



custa da submissão a um Estado autoritário que **oprimiu a maioria** da população (Tomazi, 2013, p. 133, grifo nosso).

Como se vê, a experiência soviética não é apresentada de forma unilateral nem como expressão concreta de um projeto societário inviável. Ela é destacada como uma experiência inspirada em um ideal de sociedade, mas que seguiu caminhos próprios, gerando benefícios no âmbito econômico, embora com problemas na esfera política. Coerente com esse discurso, encontramos na mesma obra a constatação das dificuldades de um processo revolucionário que transforme as estruturas da sociedade, bem como a inviabilidade estrutural de mudanças significativas por dentro da ordem. Identificado com a perspectiva da radical historicidade do mundo dos humanos, o referido discurso não se rende à constatação e aos limites, vislumbrando nos movimentos do contemporâneo e na permanência da exploração as possibilidades de resistência, enfrentamento e superação da ordem social vigente:

[SD16] Podemos perceber que **a ideia de uma revolução violenta**, com a tomada do poder do Estado para desenvolver uma nova sociedade, **está cada dia mais distante da realidade. Parece remota, também, a ideia de uma mudança significativa mediante ações lentas e graduais por parte das instituições políticas**, pois estas estão muito amarradas às estruturas de poder existentes. Quando há uma possibilidade de mudança, a força da reação normalmente é muito grande e pode aniquilar qualquer tentativa de resistência. Além disso, por causa da crise na democracia representativa, as pessoas já não acreditam que seus representantes possam tomar medidas para alterar profundamente a sociedade. **Então não há alternativa?** Há uma apatia geral e nada acontece porque pouco se pode fazer para promover mudanças profundas na sociedade em que vivemos? Não é possível uma revolução e a criação de uma nova sociedade por meio da ação consciente dos trabalhadores explorados? **Parece difícil**, porque a capacidade de cooptação por parte dos poderes vigentes é muito grande. **Mas a consciência da desigualdade e do sofrimento que isso acarreta não é apagada ou silenciada, e se expressa em manifestações populares e revoltas pontuais em várias partes do mundo** (Tomazi, 2013, p. 311-312, grifo nosso).

A obra **Tempos modernos, tempos de Sociologia** é a única dos quatro livros desse bloco que, apesar de apresentar o socialismo como projeto societário, praticamente ignora a existência da União Soviética como experiência autodeclarada socialista. Esse silenciamento³, a nosso ver, não contribui para a qualificação dos debates acerca desse tema, uma vez que,

³ De acordo com Orlandi (1995), o silenciamento caracteriza-se como uma tentativa de censura de sentidos não desejados, como uma estratégia de interdição discursiva, de apagamento de memórias inoportunas.



embora o socialismo não possa ser reduzido à experiência soviética, também não pode ser bem compreendido sem uma análise crítica da mesma.

Já sobre a apresentação dos pressupostos teórico-políticos do socialismo como projeto societário, a referida obra faz uma importante síntese, como se pode ver na SD17:

[SD17] O *socialismo* é um sistema político-econômico que foi idealizado no século XIX em *contraposição* ao *liberalismo* e ao *capitalismo*. Concebido em *reação* às *más condições dos trabalhadores* [...], esse *modelo de organização social* propõe a *extinção da propriedade privada dos meios de produção*, a *tomada do poder pelo proletariado*, o *controle do Estado* e a *divisão igualitária da renda*. Apesar de muitos pensadores terem investido na elaboração das premissas do socialismo, foi apenas depois dos escritos de Karl Marx e Friedrich Engels que esse conceito deixou de ser uma utopia sem qualquer aplicabilidade histórica (o socialismo utópico) e passou a se referir a um *modo de produção passível de ser implantado* (o socialismo científico). De acordo principalmente com Marx, o *socialismo*, pensado como socialismo estatal, *substituiria* o *capitalismo* industrial por meio de uma **revolução** feita pelos *trabalhadores*, que seria acompanhada da *transformação estrutural da sociedade*. [...] A implantação do socialismo visaria, portanto, à *destruição do sistema de classes sociais*, substituindo a motivação do lucro pela preocupação com o bem-estar coletivo. Ainda de acordo com Marx, uma vez alcançado esse estágio de regulação democrática da sociedade, o *Estado* se tornaria *dispensável*, e então teria início o *regime comunista*. Dessa forma, o *socialismo* seria a *fase de transição* entre o *capitalismo* e o *comunismo* (Bomeny et al., 2013, p. 121, **negrito** das autoras; **italico** nosso).

A SD17 sintetiza em um único lugar as características centrais do socialismo como projeto societário, apresentando-o de forma didática e cristalina. Essa abordagem se dá no interior do capítulo oito (**Trabalhadores, uni-vos**), ocasião em que a obra apresenta o pensamento sociológico de Karl Marx e Friedrich Engels. Uma das vantagens da organização didática desse livro visualiza-se na abordagem do assunto em tela, tendo em vista que, por dedicar um capítulo inteiro ao pensamento de determinado autor, a obra dispõe de melhores condições para dar um tratamento mais específico às suas ideias.

No tocante ao discurso sobre o socialismo, observa-se que na SD17 ele é apresentado como um projeto societário cujo núcleo propositivo alicerça-se na “extinção da propriedade privada dos meios de produção, a tomada do poder pelo proletariado, o controle do Estado e a divisão igualitária da renda”. Além disso, destaque-se a relevância da contraposição que a SD17 faz entre socialismo utópico e socialismo científico, apresentando-se este último como “um modo de produção passível de ser implantado”, bem como a importância do apontamento



dos pressupostos teórico-ideológicos orientadores da proposta socialista e a distinção entre socialismo e comunismo.

Esse discurso contrapõe-se diretamente ao anticomunismo, historicamente alimentado pelos grandes meios de comunicação de massa e, atualmente, potencializado pela onda de *fake news* alastrada via redes sociais. O anticomunismo aborda a temática do socialismo recorrendo à demonização do mesmo, desconsiderando tratar-se de um projeto de sociedade com o qual se pode ou não concordar, em torno de ou contra o qual se luta, mas que tem o legítimo direito de existir e com o qual é preciso conviver respeitosamente.

Assim, em um contexto sociopolítico no qual o discurso anticomunista retorna com tanta força, a SD17 contribui para que os estudantes brasileiros tenham acesso a uma abordagem minimamente justa sobre a temática, abordando-a em seus princípios e fundamentos básicos, e não a partir daquilo que Paulo Netto (1986, p. 11) chama de “[...] um verniz, uma cobertura para disfarçar interesses antidemocráticos e antipopulares”.

É nessa direção de combate ao anticomunismo que segue o discurso materializado na SD18, extraída da mesma obra:

[SD18] [...] Embora o **socialismo, como regime político**, sobreviva ainda hoje em poucos países – Cuba, China, Vietnã, Coreia do Norte e Laos –, alguns governos se declaram socialistas por aderirem a determinadas posições relativas à política econômica e social, como o governo de Hugo Chávez, na Venezuela, e de Evo Morales, na Bolívia. Esse fato deixa claro que **o socialismo**, sob a forma de ideologia, modo de produção ou sistema político econômico, **vem se atualizando** ao longo dos anos. Ao adquirir diferentes conotações e aplicações, ele **continua** a se apresentar **como alternativa** ao sistema capitalista e suas desigualdades sociais (Bomeny et al., 2013, p. 121, grifo nosso).

Visualiza-se na SD18 uma importante distinção entre o socialismo como ideologia política e, portanto, como projeto societário, e as experiências históricas vivenciadas em seu nome. Essa distinção é da maior importância, pois ela confronta uma estratégia recorrente do discurso anticomunista, que é a referência a essas experiências históricas como o socialismo em si: o “socialismo real”. Neste quesito, destaque-se que embora a obra faça uma importante abordagem conceitual do socialismo, a ausência de uma análise sociológica crítica sobre os limites e as potencialidades das experiências autodeclaradas socialistas, a exemplo da União Soviética, constitui-se um silenciamento que pouco ou nada ajuda nos debates ideológicos



acerca das disputas societárias, as quais sempre recorrem a essas experiências como suposta comprovação cabal da inviabilidade do projeto socialista.

Por fim, o livro **Sociologia para jovens do século XXI** recorre à literatura marx-engelsiana para apresentar os fundamentos do socialismo como projeto societário e diferenciá-lo tanto das experiências autodeclaradas socialistas como do comunismo como novo modo de produção.

[SD19] [...] Para Marx, **socialismo** seria a primeira **etapa** de **construção** de uma **nova sociedade**, em que os operários, depois de derrubarem a burguesia, instalariam um novo Estado, chamado de Estado Operário. Com o desenvolvimento desse Estado, baseado na ampliação da participação dos produtores de riqueza nas decisões econômicas e políticas da sociedade, aos poucos, os indivíduos perceberiam que o Estado não seria mais necessário, **evoluindo para uma sociedade comunista**, em que todos deveriam **desfrutar** de todas as **riquezas produzidas**, **extinguindo** definitivamente as **desigualdades** e a **exploração do homem pelo homem** (Oliveira; Costa, 2013, p. 147-148, grifo nosso).

Essa é a obra que dedica mais espaço ao tratamento do referido tema. Nela, além de um capítulo específico para a apresentação do capitalismo e do socialismo como projetos de sociedade em disputa, recorre-se ao assunto em outros momentos para problematizar a capacidade de capitalismo enfrentar adequadamente problemas como as desigualdades sociais, desequilíbrio ambiental, violência, entre outros.

Ao estabelecer a distinção entre socialismo e comunismo, a SD18 não somente ataca a superficialidade do discurso anticomunista, que toma os conceitos como sinônimos, como também delimita espaços entre o projeto teórico-político marx-engelsiano e as experiências autodeclaradas socialistas, a exemplo da União Soviética. Esse afastamento entre o socialismo como projeto teórico-político e o discurso anticomunista do “socialismo real”, do “regime comunista” se expressa de modo mais claro na SD20.

[SD20] O mais curioso nessa história foi que, **em nome do socialismo, das ideias de Marx e do comunismo, o regime soviético reprimiu** opositores, **assassinou** líderes comunistas e **falsificou a história da Revolução Russa**. Todas as **barbaridades** realizadas contra o povo soviético – a falta de liberdade, o partido único, a censura, a repressão, o Estado acima das pessoas... – eram **feitas em nome dos princípios comunistas e dos ideais de Marx e do marxismo**. A burguesia dos países capitalistas **se aproveitou** disso e **denominou** de **socialismo real**, “**regime comunista**”, “ideias marxistas”, **tudo aquilo que acontecia na URSS**. Em resumo,



podemos afirmar que **o ideal socialista, de acordo com as ideias de Marx, nunca existiu** (Oliveira; Costa, 2013, p. 150, grifo nosso).

Essa é a obra na qual há, de forma mais direta, a defesa do socialismo como projeto societário vivo, pulsante e preñado de possibilidades sócio-históricas. Nela há uma identificação ideológica clara com a Formação Discursiva Revolucionária, expressa na defesa do socialismo como horizonte societário e na negação da União Soviética como materialização do projeto teórico-político marxista. Assim, ao invés de fazer coro ao discurso anticomunista do “socialismo real”, da caracterização da experiência soviética, cubana, etc. como “regimes comunistas”, o discurso materializado na SD20 denuncia a origem burguesa desses chavões e a sua incoerência com o projeto teórico-político marx-engelsiano.

Ao proceder dessa maneira, o discurso materializado nas SD19 e SD20 chama a nossa atenção para a relação entre ciência e ideologia no trato com a abordagem sociológica dos problemas sociais. Vejamos que, no caso analisado, não foi preciso que os autores escondessem sua vinculação ideológica para realizarem a análise de um fenômeno social pautada por critérios científicos. Pelo contrário, como ciência e ideologia ocupam espaços diferentes (embora relacionados) na apreensão dos fenômenos sociais, ambas puderam fazer-se presente sem que uma interferisse no lugar da outra. Em outras palavras: ao se buscar os fundamentos do socialismo na produção teórico-político de seus idealizadores, faz-se uma análise pautada pelo rigor e pelo método científico. Por outro lado, ao posicionar-se diante dos embates entre capitalismo e o projeto socialista no enfrentamento das demandas societárias, está-se assumindo uma posição ideológica, que, como já indicamos, em nada atrapalha a análise científica da realidade e com ela não se confunde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, propusemo-nos a analisar o discurso dos livros didáticos de Sociologia do PNL D 2015 sobre o capitalismo e o socialismo como projetos societários e as possíveis contribuições e/ou limites dessas obras para a formação de subjetividades políticas juvenis.

A partir da análise dos seis livros foi possível constatar que, no diz respeito ao capitalismo, eles materializam discursos muito próximos, caracterizando-o como um sistema



social opressor e naturalmente desumano. Assim, observou-se que todas as obras assumem claramente um discurso crítico a esse sistema social, cumprindo um papel importante na denúncia da natureza injusta dessa forma de sociabilidade.

Ao procederem dessa forma, entendemos que os livros didáticos em análise contribuem para a formação de subjetividades juvenis anticapitalistas, embora não necessariamente revolucionárias. Isto é, usado aqui no sentido de posicionamento político contrário às mazelas e injustiças sociais (Wright, 2019), o anticapitalismo pode expressar-se programaticamente de diferentes maneiras no tocante ao enfrentamento dos problemas identificados. É, pois, este o caso das obras didáticas em discussão: embora concordem na denúncia contra o capitalismo e suas correspondentes mazelas socioculturais, econômicas, políticas e ambientais, elas seguem caminhos de enfrentamento diferentes, sobretudo, no que diz respeito à apresentação do socialismo como projeto societário alternativo. Assim, conforme apontado ao longo do estudo, das seis obras analisadas, uma trata o socialismo como experiência histórica fracassada (**Sociologia Hoje**), outra como utopia social declinante (**Sociologia**) e as outras quatro como projeto societário que ainda disputa com o capitalismo os rumos da sociabilidade contemporânea (**Sociologia para o Ensino Médio; Tempos modernos, tempos de Sociologia; Sociologia em movimento** e **Sociologia para jovens do século XXI**). Neste sentido, o discurso sobre projetos societários materializado nos livros didáticos de Sociologia do PNL D 2015 situa-se entre a ideologia socialista e a ideologia socialdemocrata, ambas caracterizadas pela crítica ao capitalismo como sistema social excludente e produtor de desigualdades.

Ao mesmo tempo em que destacamos a importância do discurso anticapitalista materializado nessas obras, tendo em vista ser o diagnóstico feito por elas uma etapa essencial na formação de subjetividades politicamente progressistas (sejam elas reformistas ou revolucionárias), ressaltamos que dessa afirmação não se pode concluir que os livros didáticos necessariamente tenham resultado em comportamentos políticos com tais características. Isso porque, se por um lado, tal efetividade depende da forma de recepção, avaliação e utilização do livro didático de Sociologia por estudantes e professores no chão concreto das escolas



brasileiras, por outro lado, conforme advertem Melo e Santos (2021, p. 119), é preciso considerar que:

[...] embora o posicionamento político exija algum tipo de conhecimento, este não é redutível àquele, uma vez que se trata de uma relação de identidade, de conquista não apenas de mentes, mas também de corações e, portanto, não comporta apenas cognição, mas também sentimentos, crenças, valores e interesses sociais.

Em outras palavras: embora o conhecimento tenha um importante lugar nas disputas por projetos societários, os sujeitos sociais não se comportam orientados apenas por ele, o que demanda o reconhecimento mútuo de sua importância e limitação.

Diante do exposto, concluímos afirmando que os livros didáticos de Sociologia do PNLD 2015 cumpriram um papel importante (embora insuficiente) na formação de subjetividades políticas ao didatizarem os conhecimentos das Ciências Sociais para o Ensino Médio, articulando, sem qualquer demérito, uma abordagem científico-curricular e pedagógica dos fenômenos sociais analisados com uma perspectiva ideológica anticapitalista.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, S.M; BRIDI, M. A.; MOTIM, B. L. **Sociologia**. São Paulo: Scipione, 2013.
- BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política social**. São Paulo: Cortez, 2006.
- BOMENY, H. et al. **Tempos modernos, tempos de Sociologia**. 2. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2013.
- CAVALCANTE, M. S. A. O. **Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira: o simulacro de um discurso modernizador**. Maceió: Edufal, 2007.
- CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e pesquisa**, São Paulo, p. 549-566, set./dez. 2004.
- CHOPPIN, A. O historiador e o livro escolar. **História da Educação - ASPHE**, Pelotas, v. 6, n. 11, p. 5-24, jan./jun. 2002.
- FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.



MACHADO, I. J. R.; AMORIM, H.; BARROS, C. R. **Sociologia hoje**. São Paulo: Ática, 2013.

MARTINS, L. M. **O Desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar**: contribuições à luz da psicologia histórico cultural e da pedagogia histórico-crítica. 2011. [s.n]. Tese (Livre-Docência em Psicologia da Educação) – Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2011.

MELO, V.; SANTOS, L. A. “Por mais aulas de história para essa gente”: a crença no conhecimento científico como antídoto à ideologia. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, São Paulo, v.13, n.39, p. 99-121, out.2020-jan.2021.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. ampliada. São Paulo: Boitempo, 2008.

MUNAKATA, K. O livro didático como mercadoria. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 3 (69), p. 51-66, set./dez. 2012.

OLIVEIRA, L. F.; COSTA, R. C. R. **Sociologia para jovens do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 2. ed. Campinas: Pontes, 2007.

PAULO NETTO, J. **O que todo cidadão precisa saber sobre o comunismo**. São Paulo: Global, 1986.

PAULO NETTO, J.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PÊCHEUX, M. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PETITAT, A. **Produção da escola, produção da sociedade**: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

SILVA, A. et al. **Sociologia em movimento**. São Paulo: Moderna, 2013.



TOMAZI, N. D. **Sociologia para o ensino médio**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

TONET, I. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia, educação e desenvolvimento**: escritos de L. S. Vigotski. São Paulo, Expressão Popular, 2021.

WRIGHT, E. O. **Como ser anticapitalista no século XXI?** São Paulo: Boitempo, 2019.

SOBRE A AUTORIA:

[*] Doutor em Educação - Professor Adjunto do Centro de Educação (CEDU) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) – ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3037-142X> – valci.melo@cedu.ufal.br

Submetido em: 06 de novembro de 2023.

Aprovado em: 22 de abril de 2024.

Publicado em: Maio de 2024.